

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	10
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	11
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	13
2.5 Medições não contábeis	14
2.6 Eventos subsequentes as DFs	16
2.7 Destinação de resultados	17
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	18
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	19
2.10 Planos de negócios	20
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	21
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	22
5.2 Descrição dos controles internos	23
5.3 Programa de integridade	24
5.4 Alterações significativas	26
5.5 Outras informações relevantes	27

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A BRADESPAR é uma companhia de investimentos, tendo sido constituída em 30 de março de 2000, por meio da cisão parcial do Bradesco, para atender a dois objetivos: (i) receber parcelas do patrimônio do Bradesco, cindidas em conformidade com a regulamentação do Banco Central, correspondentes a participações societárias não financeiras em sociedades atuantes nos setores de mineração, siderurgia, energia, TV por assinatura e tecnologia de informação; e (ii) permitir a administração mais ativa de investimentos não financeiros.

A BRADESPAR encerrou 2022 com um dos melhores resultados desde a sua constituição, mesmo considerando que o resultado apurado está ajustado pela operação de redução de capital da Companhia ocorrida em dezembro de 2021, e, consequentemente, à nova participação da BRADESPAR no capital social da VALE. No ano, a BRADESPAR registrou lucro líquido de R\$ 3,7 bilhões, o que nos permitiu a deliberação de proventos no montante de R\$ 1,2 bilhão, confirmando nosso compromisso de buscar a maximização do retorno aos nossos acionistas.

Destaca-se ainda que, não obstante o ano marcado pela volatilidade do mercado de capitais, as ações da Companhia registraram valorização de 34,0% no período, tendo inclusive, atingido patamar superior ao da sua investida, a VALE. O desconto entre o valor líquido do seu ativo e o seu valor de mercado ficou em 25,5%.

Em 31 de dezembro de 2022, sua carteira de investimentos era composta pela investida VALE. Sua receita operacional é proveniente na maior parte: (i) do resultado da equivalência patrimonial na VALE, que inclui juros sobre o capital próprio e/ou dividendos recebidos; e (ii) dos ganhos realizados na alienação de investimentos. A receita operacional da BRADESPAR em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 3,698 bilhões, composta por equivalência patrimonial da VALE.

Variações no resultado da VALE poderão impactar, proporcionalmente, os resultados operacionais da BRADESPAR.

Sobre a investida VALE

Fundada em 1942, a VALE começou a sua história em Minas Gerais e hoje figura como uma mineradora global, sendo uma das empresas mais valorizadas da América Latina. Com atuação em mais de 20 países no ramo da mineração e operações logísticas como: ferrovias, portos e terminais, também opera na geração de energia e siderurgia.

Ao final de 2021, a BRADESPAR reduziu a sua participação no capital social da VALE, detendo, atualmente, 3,64% do seu capital. Ressalta-se que a Companhia permanece com atuação estratégica na gestão da mineradora, com representante no seu Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento.

No ano de 2022, a VALE registrou Lucro Líquido de US\$ 16,7 bilhões e investimentos da ordem de US\$ 5,4 bilhões em projetos de crescimento e manutenção de suas operações. O EBITDA ajustado das operações continuadas da empresa totalizou US\$ 20,9 bilhões, 38,0% inferior ao mesmo período do ano anterior devido, principalmente, ao preço realizado de finos de minério de ferro.

Cumprir destacar, ainda, o terceiro programa de recompra de até 500 milhões de ações da VALE, cerca de 43,0% do programa foi concluído com desembolso de US\$ 3,4 bilhões para a recompra de aproximadamente 213 milhões de ações de sua emissão. A Alta Administração da empresa considera o presente programa de recompra um dos melhores investimentos disponíveis no cenário atual.

Por fim, em fevereiro de 2023, a VALE anunciou o pagamento de R\$ 8,13 bilhões em dividendos, que somados aos R\$ 1,32 bilhão de juros sobre o capital próprio já deliberados pelo Conselho de Administração em dezembro de 2022, perfizeram o montante de R\$ 9,45 bilhões, cujo pagamento foi realizado em março de 2023.

Cenário Econômico e Resultados da BRADESPAR

Em 2022, o real teve uma valorização de 6,50% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 5,2177 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2022 comparado com R\$ 5,5805 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2021. O Banco Central aumentou a taxa básica de juros, partindo de 9,25% em dezembro de 2021 para 13,75% em dezembro de 2022.

Em 2021, o real teve uma desvalorização de 7,39% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 5,5805 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2021 comparado com R\$ 5,1967 por US\$ 1,00

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

em 31 de dezembro de 2020. O Banco Central aumentou a taxa básica de juros, partindo de 2,00% em dezembro de 2020 para 9,25% em dezembro de 2021.

Em 2020, o real teve uma desvalorização de 28,9% em relação ao dólar norte-americano, atingindo R\$ 5,1967 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2020 comparado com R\$ 4,0307 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2019. O Banco Central diminuiu a taxa básica de juros, partindo de 4,50% em dezembro de 2019 para 2,00% em dezembro de 2020.

Indicamos abaixo dados referentes aos resultados da BRADESPAR (Consolidado), nos anos de 2022, 2021 e 2020:

R\$ Milhões	2022	2021	2020
Receita Operacional Bruta	3.698	8.080	1.506
Resultado do Exercício	3.728	8.079	1.467
Patrimônio Líquido	7.477	7.503	11.255
Rentabilidade Anualizada Sobre o Patrimônio Líquido Médio ⁽¹⁾	53,3%	126,7%	22,2%
Valor Contábil dos Investimentos	7.269	7.048	10.692

(1) Não considera o efeito da marcação a mercado dos Títulos Disponíveis para Venda registrado no Patrimônio Líquido.

A seguir, relacionamos o valor contábil e de mercado do investimento detido pela BRADESPAR, em 2022, 2021 e 2020:

VALE			
R\$ Milhões	Dez22	Dez21	Dez20
Valor Contábil	7.269,1	7.048,4	10.691,7
Valor de Mercado ⁽¹⁾	14.509,9	12.727,2	25.702,2

(1) O valor de mercado da VALE considera a cotação de fechamento na B3 das ações ordinárias da VALE (VALE3), multiplicada pelo número de ações da VALE detidas pela Companhia. Em 2022, do dia 29 de dezembro; e em 2021 e 2020, do dia 30 de dezembro.

b) Estrutura de capital

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Estrutura de Capital	Quantidade de Ações		
	Dez22	Dez21	Dez20
ON	137.989.898	137.989.898	122.171.449
PN	255.106.712	255.106.712	225.862.596
Total Integralizado	393.096.610	393.096.610	348.034.045
Ações em Tesouraria (ON)	-	-	-
Ações em Tesouraria (PN)	-	-	-
Total em Circulação	393.096.610	393.096.610	348.034.045

Em 2022, 2021 e 2020 não houve renovação do programa de aquisição de ações de própria emissão para permanência em tesouraria.

Até 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 não foram adquiridas ações em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 3,1 bilhões, composto por 393.096.610 ações, sendo 137.989.898 ações ordinárias e 255.106.712 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2021 o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 500 milhões, composto por 393.096.610 ações, sendo 137.989.898 ações ordinárias e 255.106.712 ações preferenciais. Já em 31 de dezembro de 2020, o capital social total da BRADESPAR era de R\$ 4,1 bilhões, composto por 348.034.045 ações, sendo 122.171.449 ações ordinárias e 225.862.596 ações preferenciais.

Nos últimos 3 exercícios sociais, os ativos da BRADESPAR foram fundamentalmente financiados por meio de capital próprio conforme demonstrado no quadro a seguir:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

R\$ Milhões						
	Dez22	% em relação ao passivo total	Dez21	% em relação ao passivo total	Dez20	% em relação ao passivo total
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	7.477	92,7%	7.503	99,3%	11.255	99,6%
Capital de Terceiros ⁽¹⁾	585	7,3%	51	0,7%	43	0,4%
Passivo Total	8.062	100,0%	7.554	100,0%	11.298	100,0%

(1) Passivo Total excluindo-se o Patrimônio Líquido.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os administradores da Companhia, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazos, bem como seus respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa. Não obstante o entendimento da Administração da Companhia, caso sejam necessários recursos para complementação de tal montante, estes serão obtidos por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos, a serem avaliados e contratados pela Companhia, ou por alienação de ativos, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 a Companhia não possuía obrigações financeiras.

Para melhor entendimento da capacidade de pagamento da Emissora em relação aos seus compromissos financeiros assumidos, informamos a seguir o seu índice de liquidez geral.

Indicador	2022	2021	2020
Liquidez Geral	1,4	9,8	14,0

Em 2022, o índice de Liquidez Geral atingiu 1,4, impactado pelo aumento no Passivo Circulante decorrente de Dividendos e JCP a Pagar.

Em 2021, o índice de Liquidez Geral atingiu 9,8, demonstrando que a Companhia permanece com margem confortável para honrar seus compromissos de curto e longo.

Em 2020 o índice de Liquidez Geral apresentou aumento do indicador, principalmente, pela quitação integral das debêntures a pagar no montante de R\$ 229,3 milhões e redução da provisão de dividendos e JCP a pagar no valor de R\$ 241,0 milhões.

O índice é obtido através do somatório do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, dividido pelo somatório dos Passivos Circulantes e Não Circulantes.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos da Companhia são:

- os dividendos e/ou juros sobre capital próprio distribuídos pelas investidas da Companhia;
- os recursos provenientes das vendas de participações societárias;
- as emissões de títulos de dívida no mercado de capitais brasileiro e internacional; e
- os aumentos de capital.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes da Companhia foram originadas, principalmente:

- em 2022 recebimento de R\$ 1,153 bilhão referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALE;
- em 2021: recebimento de R\$ 4,264 bilhões referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALE; e
- em 2020: recebimento de R\$ 1,017 bilhão referentes a juros sobre o capital próprio e dividendos da VALE.

Recursos Provenientes das Atividades de Financiamento

Os recursos provenientes de atividades de financiamento da Companhia foram originados:

- durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve captações de recursos provenientes de atividades de financiamento.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes citadas no item 2.1 "d" que foram utilizadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 são adequadas, e continuarão a ser utilizadas em eventual deficiência de liquidez.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A tabela a seguir apresenta informações financeiras selecionadas com relação ao endividamento, em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Instrumento	Saldo (R\$ Milhões)			Custo	Pagamento	Vencimento	Obrigações Principais (R\$ Milhões)
	2022	2021	2020				
Dívida Bruta	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	408,7	292,4	60,4	-	-	-	-
Dívida Líquida	(408,7)	(292,4)	(60,4)	-	-	-	-

Em 2022, 2021 e 2020 não houve emissão de dívida.

Em 13 de agosto de 2018, a BRADESPAR efetuou sua Terceira Emissão Pública de Notas Promissórias em série única, sendo 24 Notas no valor unitário de R\$ 100 milhões totalizando R\$ 2,4 bilhões com vencimento em 13 de agosto de 2019.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,5% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e serão pagos junto com o principal.

Em 19 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou o resgate total das Notas Promissórias da Terceira Emissão no montante de R\$ 2,458 bilhões.

Em 28 de junho de 2018, a BRADESPAR efetuou sua Sétima Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 70.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 700 milhões com vencimento em 28 de junho de 2021.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,95% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 6 de julho de 2018, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros das Debêntures da Sexta Emissão no montante de R\$ 665,8 milhões.

Em 27 de dezembro de 2018, a BRADESPAR efetuou a amortização antecipada extraordinária parcial das Debêntures da Sétima Emissão no montante de R\$ 512,7 milhões.

Em 9 de dezembro de 2020, a BRADESPAR efetuou o resgate antecipado total das Debêntures da Sétima Emissão no montante de R\$ 229,3 milhões.

Em 2017 e 2016 não houve emissão de dívida.

Em 6 de julho de 2015, a BRADESPAR efetuou sua Sexta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 126.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 1,260 bilhão com vencimento em 1.096 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 105,5% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 6 de julho de 2015, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros das Debêntures da Quinta Emissão no montante de R\$ 1,240 bilhão.

Em 2014 não houve emissão de dívida.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 4 de julho de 2013, a BRADESPAR efetuou sua Quinta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 100.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 1 bilhão com vencimento em 732 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 105,3% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 4 de julho de 2013, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Segunda Série das Debêntures da Terceira Emissão no montante de R\$ 610,8 milhões e da Quarta Emissão de Debêntures no montante de R\$ 376,2 milhões.

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou sua Quarta Emissão Pública de Debêntures em série única, sendo 35.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 350 milhões com vencimento em 365 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 103,5% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A., calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures não contam com garantia.

Em 4 de julho de 2012, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Primeira Série das Debêntures da Terceira Emissão no montante de R\$ 322,1 milhões.

Em 4 de julho de 2011, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de Debêntures em duas séries, sendo a primeira de 29.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 290 milhões com vencimento em 366 dias a contar da data de emissão e a segunda de 51.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 10 mil totalizando R\$ 510 milhões com vencimento de 731 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes à variação acumulada de 103,8% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. e de 105,5% para a segunda série, calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: alienação fiduciária de 15.581.955 (quinze milhões, quinhentas e oitenta e uma mil, novecentas e cinquenta e cinco) ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR subscritas e integralizadas pela Companhia.

Em 4 de julho de 2011, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Segunda Série das Debêntures no montante de R\$ 807,5 milhões.

Em 9 de julho de 2010, a BRADESPAR efetuou o pagamento do principal e juros da Primeira Série das Debêntures no montante de R\$ 152,9 milhões.

Em 13 de julho de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de Debêntures em duas séries, sendo a primeira de 140.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 140 milhões com vencimento em 361 dias a contar da data de emissão e a segunda de 660.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 660 milhões com vencimento de 721 dias a contar da data de emissão.

Os juros da primeira série foram correspondentes à variação acumulada de 105% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. e de 108% para a segunda série, calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e serão pagos junto com o principal.

As Debêntures contam com a seguinte garantia: alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR subscritas e integralizadas pela Companhia.

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 690 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1 milhão totalizando R\$ 690 milhões com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 110% das taxas médias dos DIs – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 53,1% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 53,1% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu no dia 13 de julho de 2009, no montante de R\$ 729,5 milhões.

Em 14 de janeiro de 2009, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 610.000 Debêntures no valor unitário de R\$ 1 mil totalizando R\$ 610 milhões com vencimento em 36 meses a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 125% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Debênture e foram pagos junto com o principal.

As Debêntures contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 46,9% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 46,9% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento antecipado de 99% do principal e juros ocorreu no dia 22 de maio de 2009, no montante de R\$ 633,4 milhões, e pagamento do saldo remanescente da totalidade das Debêntures ocorreu no dia 19 de junho de 2009, no montante de R\$ 6,4 milhões.

Em 18 de julho de 2008, a BRADESPAR efetuou a emissão pública de 1.400 Notas Promissórias no valor unitário de R\$ 1 milhão, totalizando R\$ 1,4 bilhão com vencimento em 180 dias a contar da data de emissão.

Os juros foram correspondentes à variação acumulada de 106,0% das taxas médias dos DI's – Depósitos Interfinanceiros de um dia, base 252 dias, divulgada diariamente pela CETIP S.A. calculados *pro rata temporis* até o pagamento de cada Nota Promissória e foram pagos junto com o principal.

As Notas Promissórias contavam com as seguintes garantias: (i) alienação fiduciária de 100% das ações preferenciais da classe C emitidas pela VALEPAR, detidas diretamente pela BRADESPAR; e (ii) alienação fiduciária de 100% das ações ordinárias da CPFL, detidas indiretamente pela BRADESPAR.

O pagamento do principal e juros ocorreu nos dias 02 de janeiro de 2009 e 14 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 1.495,539 milhões.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Não há contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação contratual entre as dívidas.

Adicionalmente, considerando a totalidade das obrigações registradas no passivo circulante e não circulante do Balanço Patrimonial da Companhia e o respectivo grau de subordinação entre elas, informamos que: (i) as obrigações de natureza fiscais e legais correspondiam em 2022 a 1,0%, em 2021 a 3,8% e em 2020 a 18,9%; (ii) as obrigações de natureza quirografária (debêntures e notas promissórias) em 2022, 2021 e 2020 tornaram-se sem efeitos devido a liquidação das operações; e (iii) os outros créditos, representados, essencialmente, pelos Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio a Pagar, correspondiam em 2022 a 99,0%, em 2021 a 96,2% e em 2020 a 81,1%.

(iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Com relação às alterações significativas nos itens do balanço patrimonial Consolidado, apresentamos a seguir um comparativo entre os principais eventos significativos nos seguintes períodos:

Balanço Patrimonial - Consolidado										
R\$ Mil	Dez22	Dez21	Dez20	Análise Vertical %			Análise Horizontal			
				Dez22	Dez21	Dez20	Dez22 x Dez21		Dez21 x Dez20	
							R\$	%	R\$	%
Ativo										
Ativo Circulante	649.872	292.446	413.166	8,1	3,9	3,7	357.426	-	(120.720)	(29,2)
Caixa e Equivalentes de Caixa	408.700	292.446	60.442	5,1	3,9	0,5	116.254	39,8	232.004	-
Contas a Receber	240.890	-	352.724	3,0	-	3,1	240.890	-	(352.724)	-
Despesas Antecipadas	282	-	-	-	-	-	282	-	-	-
Ativo Não Circulante	7.412.150	7.261.378	10.884.680	91,9	96,1	96,3	150.772	2,1	(3.623.302)	(33,3)
Ativo Realizável a Longo Prazo	141.910	209.689	189.918	1,8	2,8	1,7	(67.779)	(32,3)	19.771	10,4
Tributos a Compensar ou a Recuperar	141.910	209.689	182.201	1,8	2,8	1,6	(67.779)	(32,3)	27.488	15,1
Depósitos Judiciais	-	-	7.717	-	-	0,1	-	-	(7.717)	-
Investimentos	7.269.133	7.050.664	10.693.863	90,2	93,3	94,7	218.469	3,1	(3.643.199)	(34,1)
Imobilizado	140	56	80	-	-	-	84	-	(24)	(30,0)
Intangível	967	969	819	-	-	-	(2)	(0,2)	150	18,3
Total	8.062.022	7.553.824	11.297.846	100,0	100,0	100,0	508.198	6,7	(3.744.022)	(33,1)
Passivo										
Passivo Circulante	584.044	50.042	35.192	7,2	0,7	0,3	534.002	-	14.850	42,2
Impostos e Contribuições a Recolher	4.743	973	279	0,1	-	-	3.770	-	694	-
Dividendos e JCP a Pagar	546.354	17.326	5.852	6,8	0,2	0,1	529.028	-	11.474	-
Outras Obrigações	32.947	31.743	29.061	0,4	0,4	0,3	1.204	3,8	2.682	9,2
Passivo Não Circulante	977	972	7.843	-	-	0,1	5	0,5	(6.871)	(87,6)
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões e Obrigações	977	972	7.843	-	-	0,1	5	0,5	(6.871)	(87,6)
Patrimônio Líquido Consolidado	7.477.001	7.502.810	11.254.811	92,7	99,3	99,6	(25.809)	(0,3)	(3.752.001)	(33,3)
Capital Social Realizado	3.100.125	500.125	4.100.000	38,5	6,6	36,3	2.600.000	-	(3.599.875)	(87,8)
Reserva de Lucros	4.670.436	5.257.761	2.898.625	57,9	69,6	25,7	(587.325)	(11,2)	2.359.136	81,4
Reserva Legal	290.346	403.962	300.963	3,6	5,3	2,7	(113.616)	(28,1)	102.999	34,2
Reserva Estatutária	4.380.090	4.853.799	2.597.662	54,3	64,3	23,0	(473.709)	(9,8)	2.256.137	86,9
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(293.560)	1.744.924	4.256.186	(3,6)	23,1	37,7	(2.038.484)	-	(2.511.262)	(59,0)
Total	8.062.022	7.553.824	11.297.846	100,0	100,0	100,0	508.198	6,7	(3.744.022)	(33,1)

Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalente de caixa é composto de aplicações de fundos de investimentos e disponibilidade de recursos em moeda nacional.

Contas a Receber

Os montantes registrados em 2022, 2021 e 2020 referem-se a Juros Sobre o Capital Próprio da VALE.

Investimentos

A oscilação na conta de investimentos está relacionada, na maior parte, à equivalência patrimonial e ao ajuste de avaliação patrimonial (ajuste reflexo) oriundos da VALEPAR/VALE. Em 2021 ocorreu a redução de capital da BRADESPAR com a entrega de 130.654.877 ações da VALE que estavam registradas na conta Investimentos para os seus acionistas.

As participações societárias diretas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial da BRADESPAR são demonstradas a seguir:

Empresas	Quantidade de Ações Detidas (Em Mil) - ON	Participação no Capital Social %	Total do Investimentos R\$ Milhões		
			31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
VALE ^{(1) (2) (3)}	163.252	3,42	7.269	7.048	10.692
MILLENNIUM	-	100,00	-	2	2
Total	163.252		7.269	7.050	10.694

(1) As informações referentes a 31 de dezembro de 2022 foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da BRADESPAR;

(2) Participação no Capital Social total foi alterada em razão do cancelamento de ações, realizado pela nossa investida; e

(3) Avaliado pelo método de equivalência patrimonial do investimento na VALE S.A. Após o encerramento do acordo de acionistas da VALE S.A., a administração avaliou à luz do CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que define influência significativa como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto com outros acionistas, portanto a Bradespar mantém influência significativa na empresa investida, tendo em vista a presença de representante e indicação no Conselho de Administração e em Comitês de assessoramento do Conselho de Administração.

Debêntures a Pagar

Em 9 de dezembro de 2020, a BRADESPAR efetuou o resgate antecipado total das Debêntures da Sétima Emissão no montante de R\$ 229,3 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Consolidado										
R\$ Mil				Análise Vertical %			Análise Horizontal			
	2022	2021	2020	2022	2021	2020	2022 x 2021		2021 x 2020	
							R\$	%	R\$	%
Equivalência Patrimonial	3.698.326	8.080.515	1.506.379	100,0	100,0	100,0	(4.382.189)	(54,2)	6.574.136	-
Resultado na Alienação de Imobilizado	33	-	-	-	-	-	33	-	-	-
Receita Operacional	3.698.359	8.080.515	1.506.379	100,0	100,0	100,0	(4.382.156)	(54,2)	6.574.136	-
Despesas Gerais e Administrativas	(5.965)	(12.219)	(6.372)	(0,2)	(0,2)	(0,4)	6.254	(51,2)	(5.847)	91,8
Despesas de Pessoal	(14.480)	(15.048)	(11.661)	(0,4)	(0,2)	(0,8)	568	(3,8)	(3.387)	29,0
Receitas / Despesas Financeiras	81.296	61.987	6.455	2,2	0,8	0,4	19.309	31,2	55.532	-
Despesas Tributárias	(31.535)	(25.943)	(27.749)	(0,9)	(0,3)	(1,8)	(5.592)	21,6	1.806	(6,5)
Outras Despesas Operacionais	-	(10.031)	-	-	(0,1)	-	10.031	-	(10.031)	-
Resultado antes do IR/CS	3.727.675	8.079.261	1.467.052	100,0	100,0	100,0	(4.351.586)	(53,9)	6.612.209	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	3.727.675	8.079.261	1.467.052	100,0	100,0	100,0	(4.351.586)	(53,9)	6.612.209	-

Receita Operacional

Como Companhia de Investimentos, a BRADESPAR tem sua receita operacional originada do resultado de equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio da VALE.

Em 2022, registrou receita operacional de R\$ 3,7 bilhões, um dos melhores resultados da sua história. Destaca-se que esse valor já reflete a operação de redução de capital, concluída em 20 de dezembro de 2021, através da qual a participação acionária da BRADESPAR na VALE de 5,73% foi reduzida, com a consequente entrega de ações da VALE aos acionistas da BRADESPAR. Atualmente, o percentual de participação é de 3,64% do capital votante.

Ressalta-se o robusto desempenho da VALE no ano que se encerrou, principalmente para os maiores volumes de venda de minério de ferro, além dos maiores preços realizados nos segmentos de níquel e cobre.

Em 2021, registrou receita operacional recorde de R\$ 8,1 bilhões, com crescimento de R\$ 6,6 bilhões em relação ao acumulado dos 12 meses do ano anterior.

Ressalte-se o robusto desempenho da VALE em 2021, com destaque para a expressiva geração de caixa, impulsionada pela melhora nos preços dos produtos comercializados, rigorosa disciplina na alocação de capital e melhores resultados obtidos nos segmentos de minerais ferrosos e cobre.

Em 2020, registrou receita operacional de R\$ 1,5 bilhão, revertendo resultado negativo de R\$ 358,8 milhões registrado em 2019.

O sólido desempenho da VALE é destaque no período, totalizando EBITDA ajustado de US\$ 16,6 bilhões para o ano completo de 2020, devido, principalmente, ao forte desempenho de minerais ferrosos com o aumento dos preços realizados e volume de vendas, bem como maiores preços realizados de níquel e cobre.

Despesas Gerais e Administrativas e Despesas de Pessoal

As despesas gerais e administrativas são compostas essencialmente por serviços advocatícios e consultorias para gestão dos negócios da companhia, bem como gastos com editais e publicações em jornais e taxas da B3. Vale ressaltar que a Diretoria Executiva da companhia está constantemente reavaliando todas as despesas e sempre buscando as melhores alternativas para reduzi-las, com a adoção de medidas que melhorem sua gestão, tais como renegociação de contratos com fornecedores, abertura de concorrência para contratação de escritórios de advocacia e consultorias, buscando constantemente melhores condições de preços e custo-benefício, preservando a sua estrutura de capital saudável.

Em 2022 totalizaram R\$ 20,4 milhões, sendo R\$ 14,5 milhões de despesas de pessoal e R\$ 5,9 milhões de despesas gerais e administrativas. As variações das despesas no exercício de 2022 deveu-se, a menores gastos com serviços advocatícios para gestão dos negócios da Companhia.

Em 2021 totalizaram R\$ 27,3 milhões, sendo R\$ 15,0 milhões de despesas de pessoal e R\$ 12,3 milhões de despesas gerais e administrativas. As variações das despesas no exercício de 2021 deveu-se, a maiores gastos com serviços advocatícios para gestão dos negócios da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 2020 totalizaram R\$ 18,0 milhões, sendo R\$ 11,6 milhões de despesas de pessoal e R\$ 6,4 milhões de despesas gerais e administrativas. A variação no exercício de 2020 deveu-se, a maiores gastos com serviços advocatícios para gestão dos negócios da Companhia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da BRADESPAR, em 2022, atingiu o valor positivo de R\$ 81,3 milhões, decorrente, principalmente, de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete a continuidade da posição líquida de caixa da Companhia, na medida que liquidou todo o endividamento financeiro em exercícios anteriores.

O resultado financeiro da BRADESPAR, em 2021, atingiu o valor positivo de R\$ 62,0 milhões, decorrente, principalmente, de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete a continuidade da posição líquida de caixa da Companhia, na medida que liquidou todo o endividamento financeiro em exercícios anteriores.

O resultado financeiro da BRADESPAR, em 2020, atingiu o valor positivo de R\$ 6,5 milhões, decorrentes de aplicações financeiras e de remuneração sobre Impostos a Recuperar. Tal resultado reflete o fato de que, com o resgate antecipado total da Terceira Emissão de Notas Promissórias e a amortização total antecipada da Sétima Emissão Pública de Debêntures Simples, zerou o endividamento da Companhia.

Outras Despesas Operacionais

Em 2022 não ocorreram impactos.

A despesa de R\$ 10 milhões em 2021, refere-se ao pagamento de indenização relacionado com processos judiciais realizados por companhia investida alienada pela BRADESPAR em dezembro de 2006, referente a períodos anteriores à alienação de investimento.

Em 2020 não ocorreram impactos.

Resultado do Exercício

Em 2022, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 3,7 bilhões. Com forte desempenho, foi um dos melhores resultados da história da Companhia, principalmente quando se considera a redução da participação no capital social da VALE. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 53,3%.

Em 2021, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 8,1 bilhões, 450,7% superior ao mesmo período do ano anterior registrando o melhor resultado da história da Companhia, reflexo do excelente resultado apresentado pela VALE. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 126,7%.

Em 2020, a BRADESPAR apresentou lucro líquido de R\$ 1,47 bilhão. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) alcançou 22,2%, reflexo, principalmente, do excelente desempenho da VALE no período.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

- i. **Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
- ii. **Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Com relação às alterações significativas sobre o resultado operacional, foram comentadas no item 2.1 h.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A BRADESPAR, como companhia de investimentos, não tem variações das receitas diretamente atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços. Porém pode ser afetada pelos efeitos destas variações nos resultados da VALE.

Variações da receita da VALE poderá impactar de forma relevante os resultados operacionais da BRADESPAR e os principais fatores que afetam seus respectivos resultados operacionais também afetam os da Companhia.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

A BRADESPAR, como companhia de investimentos, não sofre impactos relevantes no resultado financeiro e operacional devido à variação na taxa de inflação, nos preços dos principais insumos e produtos, no câmbio e na taxa de juros, sendo afetada pelos efeitos destas variações nos resultados da VALE.

Variações das receitas da VALE poderá impactar de forma relevante os resultados operacionais da BRADESPAR e os principais fatores que afetam seus respectivos resultados operacionais também afetam os da Companhia.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações contábeis da BRADESPAR estão sendo apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os Diretores da BRADESPAR informam que não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis utilizadas pela Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve efeitos significativos no patrimônio líquido e no lucro líquido da BRADESPAR nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, em decorrência de alterações em práticas contábeis.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 19, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) em decorrência de modificações aprovadas pelo IASB no documento do ciclo de melhorias 2018-2020 (*Annual Improvements 2018-2020*) e nas normas IAS 16 (CPC 27), IFRS 3 (CPC 15 R1) e IAS 37 (CPC 25). Não foram identificados impactos na Companhia.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2021:

- A Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução CVM nº 18/2021, apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desreconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. Não foram identificados impactos na Companhia.
- O Pronunciamento Técnico CPC para Entidades em Liquidação - CPC LIQUIDAÇÃO, aprovado pela Resolução CVM nº 28 de 16 de Abril de 2021, que tem o objetivo de orientar e harmonizar as práticas para as entidades que ingressam em regime de não continuidade normal de atividades, em especial as em processo de liquidação e, mais especificamente, as em processo falimentar. A norma entrou em vigor em 1º de junho de 2021, sendo permitida sua adoção antecipada. Não apresenta impactos na Companhia.
- A Revisão de Pronunciamento Técnico nº 18, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovada pela Resolução CVM 41/2021, apresenta alterações no CPC 06 (R2) - Arrendamentos (correlacionado ao IFRS 16) sobre a prorrogação do prazo de aplicação do expediente prático de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento para pagamentos devidos em ou antes de 30 de junho de 2022. A alteração é válida para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de abril de 2021. Não apresenta impactos na Companhia.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020:

- A Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro descreve o objetivo e os conceitos do relatório financeiro para fins gerais. Dentre as alterações em definições contidas neste documento, destaca-se a nova definição de ativos e passivos, sendo ativo, "um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados" e passivo, uma obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados". Foi realizada uma análise sobre a nova Estrutura Conceitual e não foram identificados impactos materiais na BRADESPAR.
- Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo CPC, via Deliberação CVM 859 de 07

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

de julho de 2020. Conforme este documento, o arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, decorrente diretamente da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento, caso atenda as seguintes condições:

- a contraprestação alterada para o arrendamento é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração.
- qualquer redução nos pagamentos afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

Não houve adoção do expediente prático mencionado acima.

- Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15, referente aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, via Deliberação CVM 854 de 24 de abril de 2020. Trata-se de alterações nas normas citadas, em razão das incertezas originadas pelo projeto de reforma da IBOR que podem impactar as relações de *hedge accounting*. As alterações visam minimizar tais impactos e são efetivas para exercícios iniciados em 01 de Janeiro de 2020. Não foram identificados impactos na BRADESPAR.

Não ocorreram ressalvas e ênfases no relatório dos auditores independentes.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2022, 2021 e 2020 não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

Em Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida no dia 29.04.2022, os acionistas da BRADESPAR comunicaram ao mercado:

1) proposta da Diretoria para aumentar o capital social em R\$ 2.600.000 elevando-o de R\$ 500.125 para R\$ 3.100.125, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros – Reserva Estatutária" no montante de R\$ 2.300.000 e de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros – Reserva Legal" no montante de R\$ 300.000, sem emissão de ações, de acordo com o Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

2.5 Medições não contábeis

A apresentação das demonstrações contábeis está de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração adotados pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, os quais requerem que a Administração da Companhia, em alguns casos, faça julgamentos e preparem estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente dos ativos e passivos, em cada período, e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base em novas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas. Essas estimativas, mesmo que revisadas, poderão ser diferentes dos resultados reais futuros da Companhia.

As estimativas e pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão apresentados a seguir:

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que define uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas, imediatamente, no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado e classificação por nível hierárquico

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços observados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM 72/22, sendo:

Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Organização tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo.

2.5 Medições não contábeis

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes.

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

Obrigações Legais – Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os créditos tributários são registrados pelo valor provável de realização e referem-se a créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias, sendo reconhecidos, quando aplicável, no ativo circulante e no não circulante - realizável a longo prazo.

A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável.

A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro tributável, antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

a) Em 08 de fevereiro de 2023, o STF decidiu sobre “coisa julgada” em matéria tributária. A BRADESPAR junto com os seus assessores jurídicos avaliou e concluiu que não possui questões em matéria tributária que possam gerar impactos às Demonstrações Financeiras;

b) Em 16 de fevereiro de 2023, A VALE comunicou ao mercado, que o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos aos acionistas no valor de R\$ 1,827646129 por ação, e serão pagos em 22 de março de 2023; e

c) Em 02 de março de 2023, o Conselho de Administração da VALE aprovou o cancelamento de 239.881.683 ações ordinárias de emissão da própria companhia adquiridas e mantidas em tesouraria, sem redução do valor do seu capital social.

2.7 Destinação de resultados

(R\$ Mil)		Destinação do Resultado		
		2022	2021	2020
		De acordo com o Artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia devem apresentar à Assembleia Geral Ordinária, observado o disposto nos Artigos 193 a 203 da referida lei e no estatuto, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.		
		Reserva Legal A destinação de parcela do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo Artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e tem por fim assegurar a integridade do capital social. Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social da Companhia. A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício, quando acrescida às outras reservas de capital de que trata § 1º do Artigo 182 (com alterações introduzidas pela Lei 11.638/07), exceder 30% do capital social. Eventuais prejuízos líquidos poderão ser levados a débito da reserva legal. Os valores da reserva legal devem ser aprovados em assembleia geral ordinária de acionistas e só podem ser utilizados para aumentar o capital social da Companhia ou compensar prejuízos. Dessa forma, os recursos da reserva legal não são disponíveis para pagamento de dividendos.		
		Reservas Estatutárias O Artigo 194 da Lei nº 6.404/76 regula a criação das reservas estatutárias. Conforme aquele dispositivo legal, o estatuto social da companhia pode criar reservas desde que, para cada uma: - indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; - fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e - estabeleça o limite máximo da reserva. Em consonância com a legislação, o Artigo 24 do Estatuto Social estabelece que o saldo do lucro líquido, verificado após todas as destinações estatutárias, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada em Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) às Reservas de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado. Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 23, inciso III, do estatuto social, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76 (com alterações introduzidas pela Lei 10.303/01), o saldo do lucro líquido para fins de constituição desta reserva será determinado após a dedução integral dessas destinações.		
a) Regras sobre retenção de Lucros	Lucro Líquido do Exercício	3.727.675	8.079.261	1.467.052
	Reserva Legal	186.384	403.962	73.353
	Reservas Estatutárias	2.426.291	4.853.799	718.699
	Juros sobre o Capital Próprio (bruto)	335.000	245.000	290.000
	Dividendos	780.000	2.576.500	385.000
		As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas conferem todos os direitos e vantagens das ações ordinárias, além da prioridade assegurada pelo Estatuto Social no reembolso do capital e adicional de 10% (dez por cento) de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, conforme disposto no inciso II do parágrafo 1º do Artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação na Lei nº 10.303/01. Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor. Buscando o aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, e com o objetivo de conferir maior previsibilidade à remuneração dos acionistas, a Bradespar passou a adotar, a partir de 2006, posteriormente revisada em 2016, Política Indicativa de Remuneração Anual ao Acionista, a qual define a forma de distribuição de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, com base nas perspectivas de alguns fatores, inclusive o fluxo de caixa da Sociedade. A distribuição de remuneração anual aos acionistas da Bradespar S.A. ("Sociedade") ficará a critério do Conselho de Administração e deverá considerar os seguintes fatores e premissas: • o resultado contábil e o lucro líquido apurado pela Sociedade; • a geração de fluxo de caixa livre a cada exercício; • o nível de alavancagem da Sociedade; e • o dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade a ser distribuído na forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, expressos em moeda corrente nacional, serão declarados em dois momentos e pagos em duas parcelas, a saber: Primeira Parcela: A Diretoria da Sociedade, em observância aos fatores e às premissas acima mencionadas, submeterá ao Conselho de Administração proposta para declaração de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, até o último dia útil do mês de outubro (do ano corrente), devendo o pagamento ser realizado até o último dia útil do mês subsequente, observando-se, ainda, que o valor será definido em função dos resultados acumulados do período e da estimativa de geração de fluxo de caixa livre para o ano; Segunda Parcela: O Conselho de Administração submeterá proposta para destinação do resultado do exercício social e distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, até o último dia útil do mês de março (do ano subsequente), para deliberação em Assembleia Geral Ordinária, devendo os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, se aprovados, ser pagos até o último dia útil do mês subsequente ao da aprovação. A qualquer tempo, a Diretoria poderá, ainda, propor ao Conselho de Administração, fundamentada nas premissas e fatores que norteiam a presente Política, em convergência com a evolução do fluxo de caixa da Sociedade e da disponibilidade dos lucros ou reservas de lucros existentes, a distribuição aos acionistas de remuneração extraordinária. A Política Indicativa de Remuneração Anual ao Acionista, citada anteriormente, assegura a previsibilidade quanto ao recebimento de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, sem prejuízo ao disposto no Estatuto Social, que determina a distribuição de no mínimo 30% do Lucro Líquido Ajustado sob a forma de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio.		
		Os Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio, expressos em moeda corrente nacional, são declarados em dois momentos e pagos em duas parcelas, a saber: Primeira Parcela: A Diretoria da Sociedade, em observância aos fatores e às premissas mencionadas no item 3.4.b, submeterá ao Conselho de Administração proposta para declaração de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, até o último dia útil do mês de outubro (do ano corrente), devendo o pagamento ser realizado até o último dia útil do mês subsequente, observando-se, ainda, que o valor será definido em função dos resultados acumulados do período e da estimativa de geração de fluxo de caixa livre para o ano; Segunda Parcela: O Conselho de Administração submeterá proposta para destinação do resultado do exercício social e distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, até o último dia útil do mês de março (do ano subsequente), para deliberação em Assembleia Geral Ordinária, devendo os dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, se aprovados, serem pagos até o último dia útil do mês subsequente ao da aprovação. Cumprido destacar que, a qualquer tempo, a Diretoria poderá, ainda, propor ao Conselho de Administração, fundamentada nas premissas e fatores que norteiam a sua Política Indicativa de Remuneração Anual Mínima, em convergência com a evolução do fluxo de caixa da Sociedade e da disponibilidade dos lucros ou reservas de lucros existentes, a distribuição aos acionistas de remuneração extraordinária.		
c) Periodicidade das distribuições de dividendos				
d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais		Não há restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.		
E) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado		A Companhia possui documento intitulado "Política Indicativa de Remuneração Anual ao Acionista da Bradespar S.A." aprovado pela Diretoria em 11 de agosto de 2016 e publicamente disponível no site da companhia (www.bradespar.com.br).		

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não houve itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

- a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b) Natureza e o propósito da operação
- c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não houve itens relevantes que não foram evidenciados nas demonstrações contábeis.

2.10 Planos de negócios

a) Investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A BRADESPAR é uma companhia de investimentos, foi constituída em 30 de março de 2000, por meio da cisão parcial do Bradesco.

Em 31 de dezembro de 2022, o investimento era composto pela investida VALE. Sua receita operacional é proveniente na maior parte do resultado da equivalência patrimonial, que inclui juros sobre o capital próprio e/ou dividendos recebidos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não foram divulgadas a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente nossa capacidade produtiva.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há novos produtos e serviços no plano de negócios da Companhia.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Não há novas oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia.

A Política de Responsabilidade Socioambiental da Companhia foi estabelecida e aprovada pelo Conselho de Administração em 11 de dezembro de 2020. Tal documento reflete o engajamento do Conselho de Administração e Diretoria Executiva em agir com ética e transparência, buscando contribuir com o desenvolvimento da sociedade, zelando para que os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A BRADESPAR é uma *Holding* e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em investimento no qual tem influência significativa, investimento esse que não teve impactos significativos em suas operações até o momento, decorrentes do conflito Rússia-Ucrânia. No entanto, o conflito pode afetar negativamente os negócios da investida, como interrupção dos fluxos de comércio internacional e extrema volatilidade de preços de mercado. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação às políticas de gerenciamento de riscos relacionadas a VALE, informamos que as mesmas estão detalhadas no Formulário de Referência da referida Companhia e podem ser consultados na íntegra no site: www.vale.com.

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo

- i. os riscos para os quais se busca proteção**
- ii. os instrumentos utilizados para proteção**
- iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

A BRADESPAR não possui política formalizada de gerenciamento de risco.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A BRADESPAR não possui estrutura operacional e de controles internos.

5.2 Descrição dos controles internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Não ocorreram eventuais imperfeições, e, conseqüentemente, não houve necessidade de providências a serem tomadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do emissor, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A BRADESPAR não possui estrutura de controles internos.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A BRADESPAR não possui estrutura de controles internos.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Considerando nossos conhecimentos e os trabalhos realizados pelo auditor independente que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações contábeis da BRADESPAR, não há deficiências ou recomendações sobre os controles internos no relatório do auditor independente que pudessem afetar de maneira significativa as nossas demonstrações contábeis.

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Uma vez que não existem deficiências ou recomendações no relatório do auditor independente, não existem comentários dos diretores.

5.3 Programa de integridade

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo

- i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:**

A BRADESPAR dispõe de um Código de Conduta Ética. Este instrumento estabelece as diretrizes básicas de atuação expressas pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da Companhia.

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes; e**

Em 2012, o Código de Conduta Ética da BRADESPAR S.A. foi aprovado pelo Conselho de Administração, onde os principais valores e princípios éticos foram considerados na elaboração do Código e estão divididos em pilares de Integridade, Equidade, Compromisso com a Informação, dentre outros.

Cabe ao Conselho de Administração determinar as diretrizes sobre o assunto, como também apoiar o Programa de Integridade para que tenha a sua efetiva aplicação em toda a Organização, tendo por base os valores e princípios estabelecidos no Código.

Aplica-se a todos os administradores, funcionários, parceiros de negócios, fornecedores e prestadores de serviços da BRADESPAR e suas sociedades controladoras e controladas, direta ou indiretamente.

O documento está publicado no site da BRADESPAR (www.bradespar.com.br).

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

Sim, é aplicável.

O Código de Conduta Ética está disponível para consulta na *IntraNet* Corporativa e no *site* (<https://www.bradespar.com.br/SiteBradespar/Inicio/A-Bradespar/Governanca-Corporativa>). Ações de endomarketing são empreendidas para toda a Organização, disseminando a cultura ética por meio do próprio Código.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e**

Violações ao Código de Conduta Ética e às políticas e normas da BRADESPAR estão sujeitas às ações disciplinares aplicáveis, independentemente do nível hierárquico, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 02 de agosto de 2012.

5.3 Programa de integridade

O código é divulgado no site <https://www.bradespar.com.br/SiteBradespar/Inicio/A-Bradespar/Governanca-Corporativa>

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e (iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Denúncias e manifestações por parte de colaboradores ou de terceiros que tenham conhecimento de violações ao Código de Conduta Ética, às Políticas e Normas da BRADESPAR, bem como quaisquer informações acerca de eventual descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis a BRADESPAR e empresas controladoras e controladas, podem ser feitas ao superior imediato, à respectiva diretoria, por intermédio do e-mail bradespar@bradespar.com ou ainda pelo site <http://www.bradespar.com.br> – Atendimento – Fale com RI.

c) Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Nos processos de fusões, aquisições, alienações e parcerias, é necessária prévia diligência, voltada especificamente para anticorrupção, visando a identificar passivos ou atividades que possam trazer riscos oriundos de atos de corrupção e de suborno, como também, prever cláusulas contratuais específicas ao negócio que resguardem a Companhia.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

Com relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a BRADESPAR está exposta.

5.5 Outras informações relevantes

A BRADESPAR não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos em sua investida, a VALE, a qual tem seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.